

Do baixo clero à Presidência da República: explicando o voto em Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018*

From the low clergy to the Presidency of the Republic: explaining the vote for Bolsonaro in the 2018 presidential election

ROBERT BONIFACIO

Universidade Federal de Goiás, Brasil
rbonisilva@gmail.com

YURY MACHADO

Universidade de Brasília, Brasil
yurymmoura@gmail.com

GABRIEL MADEIRA

Escola de Administração Pública e Privada da Fundação Getúlio Vargas, Brasil
gabriel.bento@gmail.com

<https://doi.org/10.46468/rsaap.16.2.A2>

Resumo: Investigamos os determinantes da eleição de Jair Bolsonaro para Presidente do Brasil em 2018, a partir de descrição de sua trajetória política, de leitura de conjuntura da campanha eleitoral, de discussão teórica e de análise de dados. Realizamos análise multivariada de dados, sendo eles provenientes do *survey* Estudo Eleitoral Brasileiro, de 2018. Verificamos que a predileção por regime político autoritário, o antipetismo, a identificação com ideologia de direita e a filiação religiosa evangélica foram características associadas positivamente ao voto em Bolsonaro. O trabalho prioriza a abordagem contextual do fenômeno político, ao condicionar a discussão teórica à leitura de conjuntura, e a sua análise de dados provê evidências robustas sobre os fatores que explicam a transformação de um político outrora reconhecido como de “baixo clero” em chefe do Poder Executivo federal.

Palavras-chave: eleição presidencial – autoritarismo – antipetismo – Jair Bolsonaro

Abstract: We analyze the determinants of Jair Bolsonaro's electoral victory in the Brazilian presidential election in 2018, through the description of his political trajectory and electoral campaign, a theoretical discussion and data analysis. A quantitative technique is used for a multivariate analysis of data extracted from the 2018 Brazilian Electoral Survey. We show that the predilection for authoritarian political regimes, the antipetism, the identification with right wing ideology and evangelical religious affiliation were characteristics positively associated with the vote for Bolsonaro. This research prioritizes the contextual approach to the political phenomenon, by conditioning the theoretical discussion to the reading of the context, and its data analysis provides robust evidence on the factors that explain the transformation of a politician formerly recognized as “low clergy” into chief of the federal executive branch.

Keywords: presidential election – authoritarianism – antipetismo – Jair Bolsonaro

* Artigo recebido el 28 de julio de 2021 y aceptado para su publicación el 25 de agosto de 2022.

Introdução

A eleição de Jair Bolsonaro em 2018 representa uma importante mudança na política brasileira. Marcadamente, sua eleição rompeu o controle eleitoral que o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) mantiveram por seis eleições consecutivas para o cargo (Limongi e Cortez, 2010). Nesse cenário, torna-se importante investigar quais foram os fatores associados à vitória eleitoral de Jair Bolsonaro, um veterano parlamentar, sempre considerado de baixo clero, mas que fez o Brasil dobrar a direita (Nicolau, 2020).

Usamos a eleição Presidencial de 2018 para atingir quatro objetivos gerais. Primeiro, testamos as teorias dos efeitos de valores autoritários em um contexto que é extraordinário da perspectiva da maioria dos estudos recentes sobre o voto, pois é a primeira vez que um candidato de extrema direita competitivo participa do pleito. Isso pode ser explicado pelo fato de que se espera que o aumento de valores autoritários aumente o apoio a partidos radicais e permitam a ascensão de lideranças de fora (*outsider*) dos quadros da elite dos partidos tradicionais. Votar ou não em Bolsonaro é o tipo de questão de alta relevância para a qual esperaríamos atitudes não cristalizadas e fortes efeitos do autoritarismo.

Em segundo lugar, os efeitos do antipartidarismo, mais especificamente, do antipetismo, no contexto das eleições presidenciais de 2018 também podem ter sido maiores do que o esperado devido à forte polarização da política brasileira naquele momento. Se a literatura já apontava mesmo antes de 2018 para o petismo e o antipetismo como as únicas fontes consistentes de partidarismo no Brasil, as altas taxas de rejeição ao Partido dos Trabalhadores foi salientada mesmo antes da campanha e o antipetismo foi fortalecido com a derrotas do partido no impeachment de Dilma Rousseff em 2016 e da prisão de seu principal líder em abril de 2018. Neste sentido, a eleição de 2018 representou uma situação em que as posições petista e antipetistas eram ainda mais bem definidas. Portanto, espera-se que os efeitos do antipetismo sejam grandes e substantivos.

Mesmo antes das eleições presidenciais, os eleitores consideraram a questão da corrupção e do apoio a operação Lava-jato como a principal questão que o país enfrentava. Além disso, durante a campanha a proibição da participação do principal candidato e oponente ao Executivo federal fortaleceu a saliência do discurso anticorrupção da campanha de Bolsonaro, com apoio direto dos membros da operação Lava-jato. Então, antes mesmo da campanha para as eleições os consumidores da mídia no Brasil foram expostos a pelo menos quatro anos de cobertura “lavajatista”. A preocupa-

ção pública com a corrupção e a insatisfação com a política tradicional foi alvo do PSL, que venceu as eleições para a Presidência de 2018 e garantiu a segunda maior bancada na Câmara dos Deputados. Isso criou uma situação em que os enquadramentos argumentativos que enfatizavam considerações previamente sublinhadas podem ter surtido efeito e dado alta relevância para a questão. É particularmente incomum que mensagens positivas —mas não negativas— tenham o potencial de influenciar as opiniões. O viés da negatividade geralmente leva a uma maior atenção mental aos argumentos negativos em relação aos positivos, levando a maiores efeitos de persuasão e enquadramento. Mas, neste caso, esperamos que a visão positiva sobre a operação resultante de ampla cobertura midiática tenha beneficiado a campanha anticorrupção de Bolsonaro.

A religião também exerceu um papel central nas eleições de 2018. Durante a campanha, a candidatura de Bolsonaro ativou mágoas que estavam latentes no eleitorado evangélicos (Layton et al., 2021), o que resultou em maior engajamento deste público em sua campanha, principalmente nas mídias digitais (Sousa et al., 2021).

Examinamos simultaneamente cada uma das hipóteses acima com um modelo *logit* multinomial para o primeiro turno e *logit* para o segundo. Demonstramos várias descobertas interessantes. Primeiro, o apoio a ditadura: o apoio dos eleitores ao regime democrático em 2018 eram menores do que em anos anteriores e em nossas estimativas mostram que isso teve um grande efeito para o voto em Bolsonaro. Em segundo lugar, demonstramos que as percepções dos eleitores sobre o Partido dos Trabalhadores continua sendo a principal divisão partidária no país (Samuels e Zucco, 2018) e o antipetismo foi marcadamente um dos principais preditores da vitória bolsonarista. Os eleitores de Bolsonaro foram influenciados pela questão que Bolsonaro mais enfatizou: a corrupção do governo do PT. Neste caso, o apoio que os eleitores davam à Operação Lava Jato é significativo. Finalmente, demonstramos que, embora Bolsonaro possa ter sido especialmente atraente para os eleitores cristãos, são entre os evangélicos que ele mostrou ser mais atrativo. Pois se a filiação religiosa importa, no segundo turno também se mostrou claro o clamor daqueles que mais frequentam cultos religiosos no apoio ao ex-capitão.

O artigo se inicia com uma descrição da trajetória política e uma leitura conjuntura da campanha eleitoral de Jair Bolsonaro, na próxima seção. Em seguida se realiza a discussão teórica dos fatores explicativos, sendo seguido do capítulo sobre dados e métodos para o teste de nossas hipóteses. Os resultados são apresentados e discutidos e, por fim, são feitas as considerações finais.

1. Trajetória política e conjuntura da campanha eleitoral de 2018

Faz-se aqui um panorama da trajetória política e uma leitura de conjuntura da vitoriosa campanha eleitoral de Jair Messias Bolsonaro para Presidente da República em 2018, destacando os fatos e os elementos entendidos como os mais significativos. Inicialmente, nos dois primeiros subtópicos, são destacados a sua carreira parlamentar e o desempenho eleitoral na eleição para presidente. Posteriormente, nos demais sub tópicos, são abordados os principais temas enfatizados por Bolsonaro, tanto em sua vida política de modo geral quanto em sua última campanha eleitoral: o apreço ao autoritarismo, a defesa do uso de soluções liberais para a economia, o combate à corrupção, o antipetismo, e o apego a valores evangélicos e conservadores.

1.1. Panorama da carreira parlamentar

Bolsonaro serviu como militar, ingressando-se na Academia das Agulhas Negras, em 1974. Conquistou sua mais alta patente, a de capitão, em 1986; foi para a reserva em 1988; e saiu da reserva para tornar-se reformado em 2015. A sua conturbada trajetória nas Forças Armadas, apesar de ter lhe rendido algumas semanas de encarceramento (Bolsonaro, 1986) e um processo no Superior Tribunal Militar (Veja, 1987), trouxe a visibilidade necessária para que pudesse pleitear um cargo eletivo. Inicia sua carreira política sendo eleito vereador na cidade do Rio de Janeiro, assumindo o mandato pelo então Partido Democrata Cristão (PDC). Posteriormente, em 1990, elegeu-se deputado federal pelo mesmo partido, iniciando uma longa trajetória de 29 anos de atuação parlamentar (1 ano como vereador e 28 anos como deputado federal), que teve 6 reeleições e 8 mudanças partidárias. A Tabela 1 informa as passagens de Bolsonaro pelos partidos ao longo de sua carreira política.

Durante sua trajetória como deputado federal, Bolsonaro concentrou a maioria de suas propostas em benefícios para servidores militares e na área de segurança pública. Dos 171 projetos de leis apresentados, somente 2 foram aprovados e tornaram-se leis (1,17% do total), sendo uma delas revogada pelo Supremo Tribunal Federal (Agência Senado, 2015).

Robert Bonifacio, Yury Machado y Gabriel Madeira

TABELA 1
Filiação de Bolsonaro a partidos ao longo de sua carreira política

Partido	Sigla	Período
Partido Democrata Cristão	PDC	1989 – 1993
Partido Progressista	PP	1993 – 1993
Partido Progressista Reformador	PPR	1993 – 1995
Partido do Povo Brasileiro	PPB	1995 – 2003
Partido Trabalhista Brasileiro	PTB	2003 – 2005
Partido da Frente Liberal	PFL	2005 – 2005
Partido Progressista	PP	2005 – 2016
Partido Social Cristão	PSC	2016 – 2018
Partido Social Liberal	PSL	2018 – 2019

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de informações de meios de comunicação e Câmara dos Deputados.

1.2. Desempenho eleitoral em 2018

Em 2016, Bolsonaro expôs publicamente a sua intenção de se candidatar ao cargo de presidente da república. Até então, o seu nome só aparecia como opção para as eleições presidenciais de 2018 por meio de especulações nas redes sociais. As pesquisas eleitorais feitas pelo Datafolha (2018), entre o final de 2016 e o outubro de 2018, apontam uma tendência de crescimento de intenção de voto. Entre junho e outubro, período de campanha eleitoral, esse crescimento se dá de modo ininterrupto, atingindo o montante de 14% de diferença. Dois fatos são marcantes no período: a saída da disputa eleitoral do ex-presidente Luiz Inácio “Lula” da Silva, que possuía o maior percentual de intenção de votos, com a entrada de Fernando Haddad em sua substituição como candidato do PT, em 11 de setembro de 2018; e o atentado sofrido por Bolsonaro, em plena campanha, na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, em 06 de setembro de 2018. O candidato foi gravemente ferido por um golpe de faca e precisou passar por várias cirurgias. Depois do evento, Bolsonaro afirmou não poder mais participar de debates ou

comparecer em eventos de sua campanha, se comunicando com eleitores sobretudo via redes sociais.

Neste contexto, Bolsonaro consegue arrematar 46,03% dos votos válidos no primeiro turno da eleição presidencial, tendo quase 17% de votos a mais que o segundo colocado, Fernando Haddad, com 29,28%. A diferença entre a porcentagem de eleitores dos primeiros colocados em relação ao restante indica uma alta concentração de votos, tendo em vista que Bolsonaro e Haddad acumulam cerca de 75% dos votos válidos. Já no segundo turno ocorre um estreitamento entre a diferença de votos no candidato do PSL e do PT, de modo que Bolsonaro sai vitorioso da disputa, com 55,13% dos votos válidos, 11% a mais que o obtido pelo concorrente petista (44,87%).

1.3. O apego à ditadura militar

Apesar da risível influência política na Câmara dos Deputados, a visibilidade de Bolsonaro se dá a partir da ressonância de seus posicionamentos polêmicos, proferidos em programas de televisão e nas redes sociais. Algumas manifestações que alcançam maior destaque são as que expressam o saudosismo pelo período da ditadura militar, ocorrida no Brasil entre 1964 e 1985. Em 1999, no programa “Câmara Aberta”, da TV Bandeirantes, o então deputado federal defendeu o fechamento do Congresso Nacional e opinou que a ditadura militar deveria ter assassinado cerca de 30 mil corruptos, começando pelo Presidente da República em exercício na época, Fernando Henrique Cardoso.

Recentemente, no dia 31 de março de 2016, ocasião em que se completava 52 anos do início da ditadura militar brasileira, Bolsonaro publicou um vídeo na sua conta do *Twitter* no qual dizia que “[...]devemos sim, comemorar essa data [...] Afinal de contas, foi um novo 7 de setembro” (Schwarcz, 2019). No mesmo ano, durante a sessão de votação do *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff, o ex-deputado homenageou o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o primeiro militar reconhecido pela Justiça Brasileira como torturador durante a ditadura militar (Santiago, 2012).

Esse posicionamento não mudou no decorrer do período de campanha eleitoral. Em julho de 2018, no programa Roda Viva da TV Cultura, Bolsonaro declarou que não houve golpe militar em 1964, já que, em sua narrativa, a repressão deste período foi apenas uma respostas aos desafios políticos da época, impostos pela corrupção e pelo avanço de uma esquerda comunista, bem como uma solução eficaz para a segurança pública. Ainda durante a campanha, o capitão retoma sua narrativa negacionista ao afir-

Robert Bonifacio, Yury Machado y Gabriel Madeira

mar que “hoje em dia grande parte da população entende, que o período militar não foi ditadura, como a esquerda sempre pregou” (Folha de São Paulo, 2019).

1. 4. O “posto Ipiranga”

Em paralelo aos primeiros resultados de intenção de voto favoráveis, Bolsonaro começou a estruturar a sua plataforma política de modo a agregar às pautas já consolidadas aquelas pouco tratadas. Em especial, questões de natureza econômica. Para tanto, a solução encontrada foi a inclusão de Paulo Guedes no grupo político, um empresário e professor universitário, PhD em ciências econômicas pela Universidade de Chicago, dos Estados Unidos da América (EUA). Bolsonaro passa a atribuir a Guedes a responsabilidade de criar soluções para as adversidades econômicas enfrentadas pelo Brasil na época, sendo a confiança depositada ilustrada no discurso feito pelo candidato no evento que marcou a incorporação oficial de Guedes à sua equipe, afirmando que “[...] essa nossa equipe não está no Posto Ipiranga¹, mas vai trazer as soluções para o Brasil” (Gaspar, 2018).

Com isso, houve um alinhamento do candidato à plataforma de propostas econômicas de cunho liberal, que tinha como foco, segundo o plano de governo do então presidencial, a redução dos gastos estatais e a criação de empregos, através da abertura da economia, da realização de privatizações e da atenuação dos déficits primários (Tribunal Superior Eleitoral, 2018). Esse engajamento com políticas econômicas liberais é visto logo nas primeiras páginas do plano, onde há uma seção intitulada “Liberalismo Econômico”, na qual é afirmado que “as economias de mercado são historicamente o maior instrumento de geração de renda, emprego e prosperidade”, e que “o liberalismo reduz a inflação, baixa os juros, eleva a confiança e os investimentos, gera crescimento, emprego e oportunidade”.

Ainda neste sentido, o plano de governo de Bolsonaro também trata de assuntos de natureza econômica mais específicos, como o desemprego e a crescente dívida pública, porém sempre com propostas orientadas pelo mercado. Com relação à dívida pública, o plano aponta que a principal forma de lidar com o problema seria “por meio de privatizações, concessões, venda de propriedades imobiliárias da União e devolução de recursos em

¹ A citação do Posto Ipiranga feita por Bolsonaro nessa ocasião faz referência a uma série de propagandas amplamente divulgadas e conhecidas de uma empresa de distribuição de combustível, que tinha como objetivo principal dizer aos motoristas que todas as suas necessidades poderiam ser atendidas em qualquer unidade da empresa.

instituições financeiras oficiais que hoje são utilizados sem um benefício claro a população brasileira” (Bolsonaro, 2018: 56), evidenciando a preferência por medidas com protagonismo do setor privado e menor atuação do Estado na economia.

1.5. A criação da imagem de antagonista da corrupção e do petismo

Além da questão econômica, o combate à corrupção também foi uma pauta de relevo nas eleições de 2018, constituindo-se numa das bandeiras da campanha de Bolsonaro. O tema ganhou cada vez mais espaço no debate público à medida que as investigações da operação Lava Jato ganharam destaque na mídia. Um dos resultados mais importantes da operação foi a prisão do ex-presidente Lula que, por conta da Lei da Ficha Limpa, não pôde se candidatar novamente à presidência. Em seu plano de governo, Bolsonaro enfatiza o combate à corrupção fazendo uso de expressões popularmente difundidas sobre o assunto, dizendo que terá “tolerância zero com o crime, a corrupção e com os privilégios” (Bolsonaro, 2018: 10) logo na apresentação do plano. Na sessão de “Desafios Urgentes”, a “corrupção generalizada” aparece juntamente com as “ameaças às instituições que a estão combatendo” (Bolsonaro, 2018: 12). Todavia, o plano relaciona a corrupção às práticas dos governos petistas, criando uma narrativa de oposição ao partido, evidenciada na seção “O Problema é o Legado do PT de Ineficiência e Corrupção”. Ali, atribui-se ao PT questões como: um déficit nominal para 2019 de R\$ 489,3 bilhões, o excesso de ministérios existentes e a prática do presidencialismo de coalizão, este último sendo “o resultado da forma perniciososa e corrupta de se fazer política nas últimas décadas, caracterizando pelo loteamento do Estado, o popular ‘toma-lá-dá-cá’” (Bolsonaro, 2018: 17).

1.6. Os valores cristãos e a aproximação com os evangélicos

Na esfera dos costumes, Bolsonaro promove discursos que pregam a preservação de valores cristãos. Tal característica é ilustrada pelo *slogan* oficial de sua campanha: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. A defesa dos valores tratados pelo ex-deputado como sendo familiares, cristãos e conservadores servem não apenas para moldar sua imagem pessoal como candidato, mas constituem uma narrativa na qual o Estado deveria ser norteado por tais valores. Esse discurso sobre um “Estado cristão” pode ser observa-

do em uma de suas falas na Paraíba, antes de sua candidatura oficial, na qual Bolsonaro diz: “Deus acima de tudo [...] Não tem essa historinha de Estado laico não [...] O Estado é cristão e a minoria que for contra, que se mude. As minorias têm que se curvar para as majorias”².

Apesar de ser um católico assumido, Bolsonaro começou a se aproximar dos evangélicos pouco antes de expor seu interesse em disputar a presidência nas eleições de 2018. Um fato que marca essa aproximação foi o seu batismo no rio Jordão em 2016 pelo pastor Everaldo, que na época presidia o Partido Social Cristão (PSC). Bolsonaro também é próximo de outros líderes religiosos evangélicos de vertentes pentecostais, como o Bispo Edir Macedo (fundador da Igreja Universal do Reino de Deus) e o Pastor Silas Malafaia (Assembleia de Deus Vitória em Cristo). Este último foi um ativo colaborador na campanha, chegando a distribuir papéis instruindo os fiéis de sua igreja a votar em Bolsonaro (de Andrade, 2018).

O apoio de lideranças religiosas e declarações esparsas do parlamentar em defesa de valores entendidos como cristãos obtiveram relevância suficiente para lhe proporcionar o apoio da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) (Rezende, 2018), que até o ano de 2018 contava com 199 deputados federais e 4 senadores. O apoio da FPE torna-se importante porque possibilita à Bolsonaro acesso direto à base de eleitores evangélicos, um grupo populacional que está em crescimento constante nas últimas décadas³.

A combinação de valores autoritários, liberalismo econômico, combate a corrupção, antipetismo e religião estiveram presentes, com maior ou menor peso, durante toda a campanha de 2018. Mas estes fatores não são apenas conjunturais, uma vez que a literatura sobre comportamento político para o caso brasileiro já destacava estes aspectos em diferentes ocasiões que, conforme argumentado na próxima seção, a conjunção destes fatores explicativos determinou o sucesso de Bolsonaro.

2. Fatores explicativos do voto em Bolsonaro em 2018: discussão teórica e hipóteses

Há vários fatores que podem influenciar o voto, de natureza estrutural e individual. Aqui, optamos por realizar uma discussão teórica sobre os fatores

² Fala de Jair Bolsonaro em um discurso dado em Campina Grande na Paraíba, em 08/02/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YmE4pxBulMw>.

³ De acordo com o Censo Demográfico de 2010 feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o crescimento da população evangélica passou de 15,4% em 2000 para 22,2% em 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br>.

explicativos do voto em convergência com a leitura de conjuntura. Isto é, desenvolvemos nossas explicações e hipóteses dos temas entendidos como sendo os principais para se compreender o caso do voto em Bolsonaro nas eleições de 2018, a saber: autoritarismo, corrupção, antipetismo e religião, conforme descrito na seção anterior.

2.1. Autoritarismo, democracia e voto

As produções científicas sobre a adesão dos cidadãos à democracia ou às formas autoritárias de regime político têm extenso histórico no campo de pesquisas sobre comportamento político, sendo *The Civic Culture*, de Almond e Verba (1963), a obra fundante.

Diversas obras a sucederam e contribuíram para um avanço considerável na literatura especializada. Rose (2002) sustenta que em novas democracias é necessário comparar as preferências dos cidadãos em relação a diversos tipos de regimes políticos e não somente à democracia, uma vez que algumas gerações viveram boa parte de suas vidas sob um outro tipo de regime. Dessa forma, há memória e, conseqüentemente, apreciações sobre um regime político autoritário anterior. Neste sentido, Lagos (2000) argumenta que o passado de colonização, de exploração econômica, de patrimonialismo e, mais recentemente, de autoritarismo político, nos países da América Latina, criou uma identidade coletiva na qual os cidadãos, apesar de majoritariamente preferirem a democracia, não se mostram satisfeitos com ela. À essa situação dos latino-americanos a autora dá o nome de “máscara sorridente”.

Algo semelhante é observado por Vilanova et al. (2018) ao aplicar a Escala de Autoritarismo de Direita (EAD) no Brasil. O estudo aponta que grande parte dos cidadãos apresentam traços de submissão acrítica a autoridades, de modo semelhante aos EADs aplicados em outros países da América Latina, em especial os que compartilham o passado autoritário do Brasil. Tais achados corroboram, em parte, a tese de Veiga et al. (2017) de que essas tendências antidemocráticas são mais comuns em nações que possuem democracias recentes, de modo que, quanto mais tempo ininterrupto as democracias possuem, mais a população a vê positivamente e apoia seus valores centrais e suas instituições.

No mesmo sentido, achados mais recentes de Fuks et al. (2019) também evidenciam uma maior coerência entre o apoio à democracia e a internalização de valores democráticos essenciais nos regimes com mais anos ininterruptos de democracia. Além disso, o estudo mostra que a quantida-

de de indivíduos considerados democratas coesos, ou seja, aqueles que não só apoiam o sistema político, mas praticam seus valores centrais, é significativamente baixo nos países latino-americanos.

Algo semelhante também é observado no Brasil por Braga e Casalecchi (2016). O estudo aponta que, na eleição presidencial de 2014, o eleitorado “perdedor” manteve o apoio à democracia, porém, houve um significativo aumento de insatisfação com o funcionamento do regime democrático entre eles.

É possível notar que esses estudos apontam para uma complexa relação entre os cidadãos e a democracia, mostrando que, apesar de cumprirem os deveres próprios de membros desse sistema político, como votar e aceitar o resultado das eleições, existe uma profunda insatisfação com o regime democrático e uma baixa internalização de seus valores por parte dos cidadãos. Assim, ao relacionar tais apontamentos teóricos aos fatos descritos na seção anterior, como os diversos esquemas corrupção expostos na mídia —especialmente as realizadas pela Lava-Jato—, os constantes ataques de Bolsonaro à democracia e suas instituições e seu auto posicionamento como *outsider* do *establishment* político, poder-se esperar que se esses acontecimentos comprometeram ainda mais a frágil relação entre o eleitor e a democracia, favorecendo a captação dos votos dessa parte do eleitorado por candidatos abertamente antidemocráticos, como Bolsonaro. A partir dessas considerações, têm-se as seguintes hipóteses:

- H1: os eleitores que preferiam um regime político autoritário, em comparação com os que preferiam o regime político democrático, apresentaram maiores chances de votar em Jair Bolsonaro nas eleições de 2018;
- H2: os eleitores que indicavam predileção pela existência de um líder político forte, em comparação com os demais, tiveram maiores chances de votar em Jair Bolsonaro nas eleições de 2018;
- H3: os eleitores brasileiros que acreditavam que as minorias deveriam se adaptarem aos costumes e tradições do Brasil tiveram maiores chances de votar em Jair Bolsonaro nas eleições de 2018.

2.2. *Antipetismo*

A afinidade com um partido ou um líder político tem um importante efeito no processo de decisão do eleitor. No cenário brasileiro não é possível observar uma alta identificação partidária entre os cidadãos, sendo a relação

personalista e clientelista alguns dos marcadores usados no processo de decisão do voto para presidente, como indica Carreirão (2002). Uma das exceções desse contexto é o eleitor petista, que possui forte identificação com o partido e suas pautas, apesar haver uma grande concentração de personalismo em torno do ex-presidente Lula, que é o fundador e o maior líder político do PT (Samuels, 2004).

Apesar dessa baixa identificação partidária, a polarização entre PT e PSDB, que perdurou dos anos 1990 até 2014, vem potencializando o crescimento de sentimentos partidários negativos entre os eleitores, especialmente em relação ao PT, através do antipetismo, de modo que tais sentimentos partidários negativos presentes no eleitorado brasileiro tiveram significativo impacto no direcionamento do voto nas eleições presidenciais de 2014, conforme Ribeiro et al (2016). Resultados encontrados por Borges e Vidigal (2018) sugerem, porém, que o PSDB consegue capitalizar menos da metade do eleitorado antipetista, algo que poderia explicar o motivo pelo qual a queda da popularidade do PT dentro das preferências do eleitorado não significou sua derrota nas urnas nas eleições presidenciais. Esse fato é ainda mais importante tendo em vista a baixa performance obtida pelo PSDB na eleição presidencial de 2018 em vista do sucesso de Bolsonaro, evidenciando que o candidato do PSL obteve maior sucesso na captação de eleitores antipetistas, algo demonstrado empiricamente por Rennó (2020), que mostra que a rejeição ao PT aumenta as chances de o indivíduo possuir afinidade com Bolsonaro.

Vidigal e Borges (2018) afirmam também que o mais provável é que a antipatia dos eleitores voltada ao PT tenha motivações relacionada às avaliações conjunturais dos eventos políticos, podendo ser de cunho econômico, de capacidade governamental ou moral, sendo exemplos, respectivamente, a recessão econômica que permanece desde o fim do governo Lula; o impeachment da ex presidente Dilma em 2016; e a constante exposição de esquemas de corrupção que começaram a macular a imagem do partido em 2005 com o Mensalão. Essa antipatia, segundo os autores, faz parte da composição da identificação partidária do eleitor, de modo que “os eleitores com identidades partidárias mais intensas são aqueles que adotam uma postura do tipo “nós contra eles”, apresentando uma identificação positiva com a legenda de sua preferência, e uma identificação negativa com uma ou mais legendas adversárias.

Nesta linha, Paiva, Krause e Lameirão (2016) fornecem importantes informações para compreender melhor os posicionamentos dos eleitores que possuem aversão ao PT ao demonstrar que o eleitor antipetista posiciona-se na centro-direita ou à direita no espectro político-ideológico. Outrossim, Ribeiro, Carreirão e Borba (2016) completam esse perfil ao asseverar que o

Robert Bonifacio, Yury Machado y Gabriel Madeira

perfil dos eleitores antipetista é de centralidade na estrutura social —em termos de escolaridade e cor, quando comparado com o eleitor petista ou neutro em relação a esse partido—.

No entanto, existem fatores exógenos aos abordados até aqui que também possuem influência no desenvolvimento do sentimento antipetista. Telles (2015), por exemplo, aponta que a formação desse sentimento e sua manifestação nos protestos contra o governo da ex presidente Dilma Rousseff em 2014, apesar de apresentarem discursos pautados no combate a corrupção e a insatisfação com a performance do governo em diversos campos, especialmente na economia, “não procede simplesmente de uma reação às notícias sobre corrupção, provém também da divergência com projetos e políticas redistributivas e de expansão dos direitos de minorias” (Telles, 2015: 3).

Logo, ao observarmos o contínuo aumento da parcela do eleitorado antipetista descrita nos estudos citados, a falta de capacidade do PSDB de os atrair e também o perfil político-ideológico desses eleitores, podemos perceber que um/a candidato/a poderia apresentar-se como uma opção viável para os antipetistas na eleição presidencial de 2018 se possuísse três características: 1. mostrar-se antipetista; 2. ser de um partido que não fosse o PSDB; e 3. ser de direita. À vista disso, Bolsonaro torna-se um candidato com claro potencial para arrematar votos desses eleitores, podendo estes se dividirem no primeiro turno entre o ex-deputado e algum outro concorrente com as mesmas características, mas voltando-se fortemente para Bolsonaro no segundo.

Desta forma, debate teórico desenvolvido nesta sessão torna factível a construção da quarta hipótese:

H4: os eleitores antipetistas, em comparação com os demais, tiveram maiores chances de votar em Jair Bolsonaro nas eleições de 2018.

2.3. Corrupção

O discurso anticorrupção possui grande espaço nas pautas das disputas eleitorais brasileiras, especialmente, desde a eleição presidencial de 2006, que ocorreu logo após a exposição de um esquema de corrupção conhecido popularmente como Mensalão, em 2005. Estes acontecimentos são responsáveis por um fenômeno que “pode se perpetuar como característica essencial da disputa eleitoral entre oposição e situação no Brasil” (Ames e Júnior, 2014: 41), firmando o discurso anticorrupção no centro do debate político, potencializando sentimentos partidários negativos —como antipetismo—. Tal

premissa pode ser facilmente associada ao cenário da eleição de 2018, tendo em vista o fato de os eleitores de Bolsonaro perceberem a corrupção como uma praga alastrada por todo o país (Rennó, 2020). Ainda, os principais movimentos de direita enquadram a corrupção como principal problema do país e o Partido dos Trabalhadores como o principal culpado pela corrupção, com o PT como um claro inimigo e os procuradores da Lava Jato como heróis

Fackler e Lin (1995), ao avaliar a relação entre denúncias de corrupção no governo e as eleições presidenciais no período entre 1929 e 1992 nos Estados Unidos, perceberam uma significativa relação entre informações sobre corrupção no governo e intenção ou apoio a partidos ou políticos, de tal forma que os eleitores tendem a responsabilizar não só o presidente pelos esquemas de corrupção, mas também o partido ao qual ele faz parte, tendo assim uma grande relevância no processo decisório de eleições níveis do executivo e do legislativo por se tratar um sistema majoritariamente bipartidário. Além disso, o estudo também aponta que os indivíduos tendem a perceber a corrupção como uma falta de ética na esfera política, mais do que um comportamento individual corrupto.

Alterações no comportamento eleitoral derivadas de denúncias de corrupção podem se manifestar de diferentes formas e beneficiam diferentes atores políticos. Ao observarmos o resultado da disputa presidencial de 2006, por exemplo, podemos perceber que, mesmo com as denúncias de corrupção e apesar de incluírem membros muito próximos do então presidente, Lula e vários candidatos do seu partido e de outros partidos envolvidos no Mensalão conseguiram ser eleitos. É provável, então, que fatores como os ganhos resultantes das políticas sociais de seu governo no período de crescimento econômico, a afinidade partidária ou com a figura do presidente, bem com uma orientação prospectiva do voto, foram considerados mais importantes para os eleitores do que seu possível envolvimento e responsabilidade nos esquemas de corrupção (Castro e Nunes, 2014; Meneguello, 2011; Rennó, 2007).

Desta forma, pode-se perceber que, apesar da corrupção ser entendida pelos cidadãos como um grande problema na política brasileira, existem fatores que tornam turva a visão de tal problema, dificultando a tarefa de identificar os efeitos do discurso anticorrupção no comportamento eleitoral. Logo, torna-se necessário entender quem os eleitores, ou grupo de eleitores, percebem como os responsáveis pela corrupção. Nessa perspectiva, Telles (2015) joga luz as opiniões dos cidadãos presentes nas manifestações pró *impeachment* de Dilma Rousseff acerca da responsabilidade da corrupção no governo brasileiro, evidenciando que parte considerável desse grupo (cerca de 36%) afirmam estar se manifestando pela indignação com a cor-

Robert Bonifacio, Yury Machado y Gabriel Madeira

rupção, e 66,8% acreditavam que a corrupção era o pior problema do país, no entanto, a maioria declararam que o PT fez um grande mal à nação e mais 80% deles viam, tanto o ex-presidente Lula, quanto a então presidente Dilma como malfeitores —mesmo nenhum deles tendo sido condenados por qualquer crime na época—. A autora parece ser assertiva ao afirmar que este tipo de percepção da corrupção leva ao “aumento da intolerância e desejo de líderes outsiders” e que “a saída para a crise pode passar por um novo líder” (Telles, 2016: 121), tendo em vista as eleições de 2018 e a vitória de Bolsonaro, em que, como aponta Rennó (2020), os apoiadores mais fiéis do candidato eleito veem a corrupção como um dos principais problemas a serem enfrentado pelo país.

Portanto, ao se analisar as discussões teóricas empreendidas acima, considerando que a Operação Lava Jato praticamente monopolizou os debates sobre corrupção nos anos anteriores à eleição e observando a narrativa anticorrupção usada por Bolsonaro antes e durante sua campanha —que culpabiliza os governos petistas e os partidos de esquerda, posiciona-se como outsider do establishment político e se mostra explicitamente apoiador da Operação Lava Jato— constrói-se a sétima hipótese:

H5: os eleitores brasileiros que apoiaram a Operação Lava Jato, em comparação com os demais, tiveram maiores chances de votar em Jair Bolsonaro nas eleições de 2018.

2.4. Religião

Os estudos sobre os efeitos da religião sobre o comportamento político nas democracias mostram que nas últimas décadas a religião tem ocupado cada vez mais espaço na esfera política. Ao analisar as causas desse fenômeno, Oro (2005) observa que ele ocorre, mesmo que em magnitudes diferentes, globalmente. Em sua análise, ele conclui que esse fenômeno pode ser atribuído “à desilusão em relação às grandes ideologias, ao fracasso das promessas da modernidade, e, especificamente em relação ao campo político” (Oro, 2005: 12), podendo ser traduzido como um desencantamento com a política e seus representantes vivenciado na contemporaneidade.

Na perspectiva latino-americana, é possível observar uma crescente politização do catolicismo e do protestantismo, especialmente de pentecostais e carismáticos. Walter e Ribeiro (2020) apontam que para uma mudança no comportamento, a partir dos anos 80, de evangélicos e católicos, no sentido um novo posicionamento dessas instituições ante a sua função social e política.

Por meio da mobilização de fiéis e pastores, igrejas têm adentrado a esfera política de diversas formas, indo desde a “intervenção das igrejas no processo de seleção, até a formação e preparação de líderes” (Walter e Ribeiro, 2020).

O cenário brasileiro não se diferencia do restante da América Latina. A relação entre religião e voto está presente nas relações políticas brasileiras desde o século passado, mesmo em um cenário muito diferente do atual, no qual a presença evangélica era pouco significativa. Pierucci e Prandi (1995) realizaram um levantamento pioneiro sobre a filiação religiosa no Brasil, com o principal intuito de observar a relação entre voto e religião no país, evidenciando que na eleição presidencial de 1994 diferentes grupos religiosos possuíam afinidades partidárias distintas e que “a escolha de um candidato pode estar também associada aos conteúdos ideológicos que se mostram com pesos diferentes em cada religião” (Pierucci e Prandi, 1995: 47).

Tais conteúdos podem estar intimamente ligados a pautas culturais e comportamentais, como o posicionamento em relação ao aborto e ao ensino religioso em escolas. Rennó (2020), aponta que os indivíduos favoráveis à prisão de mulheres que abortaram e que apoiam o ensino confessional em escolas tendem a ser eleitores de Bolsonaro.

Isto posto, é preciso salientar que, historicamente, o Brasil, até a década de 70, era essencialmente católico, com mais de 90% da população brasileira sendo adeptos ao catolicismo, mas isso é algo que vem mudando drasticamente, chegando a diminuir para cerca de 60% dos cidadãos brasileiros até 2010, atesta Bohn (2014). O que ocorre aqui, entretanto, não é um decréscimo da população religiosa brasileira, mas o crescimento das igrejas evangélicas por todo o país. Quanto a esse grupo, a autora afirma que (em sua maioria) fazem parte das camadas mais pobres da sociedade e possuem um baixo nível de escolaridade, em especial os pertencentes das denominações pentecostais. Além disso, descreve os evangélicos como um grupo que têm um significativo nível de exposição às autoridades religiosas de suas congregações, sendo, portanto, influenciáveis pelas autoridades religiosas de seu círculo religioso, e possuindo significativo potencial de mobilização política homogênea, caso seja de interesse de tais autoridades, criando uma clientela para políticos que visem capitalizar esse eleitorado.

Bohn (2014) também elucida que, no contexto da disputa presidencial, por falta de partidos confessionais eleitoralmente expressivos, o principal fator para a determinação do papel que a religião exerce sobre o comportamento eleitoral é a mobilização sistemática de uma identidade religiosa por parte de um candidato evangélico durante a campanha. Desta forma, instituições “tais como a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), por exemplo, fomentam o engajamento político dos fiéis, através do endosso público

Robert Bonifacio, Yury Machado y Gabriel Madeira

de candidatos específicos e do pedido que os seus seguidores manifestem seu apoio a esses nomes nas urnas” (Bohn, 2014: 160), tal qual ocorrera em 2018 com o apoio público de Edir Macedo à Bolsonaro.

No entanto, para garantir o apoio dessas lideranças, é importante que os políticos se apresentem como defensores de valores e comportamentos que são tipicamente defendidos pelas instituições religiosas que cortejam. Em consequência disso, questões intimamente ligadas a pautas culturais e morais, como o posicionamento em relação ao aborto e ao ensino religioso em escolas, tornam-se parte significativa do processo eleitoral. Neste sentido, Rennó (2020) aponta que os indivíduos favoráveis à prisão de mulheres que abortaram e que apoiam o ensino confessional em escolas tendem a ser eleitores de Bolsonaro.

Assim, ao relacionarmos o apoio da FPE à Bolsonaro e o seu posicionamento hostil ao Estado laico, apresentando-se como evangélico, posicionando-se como um defensor da família e com valores conservadores, concebe-se a sexta e sétima hipóteses:

- H6: os eleitores brasileiros que indicavam ser evangélicos, em comparação com os demais, tiveram maiores chances de votar em Jair Bolsonaro nas eleições de 2018;
- H7: os eleitores brasileiros que indicavam serem bastante assíduos a cultos religiosos, em comparação com os demais, tiveram maiores chances de votar em Jair Bolsonaro nas eleições de 2018.

3. Dados e Métodos

Nosso principal interesse neste artigo é explicar o voto em Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais brasileira de 2018. Para tal, utilizamos o Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), que foi realizada após o segundo turno de 2018. O ESEB 2018 é composto por 2506 entrevistas, realizadas em domicílio com eleitores brasileiros de 172 cidades e 27 estados brasileiros. As entrevistas ocorreram entre os dias 10 e 24 de novembro, logo após o segundo turno. Para a amostra, são utilizadas quotas de sexo, idade, grau de escolaridade, ramo de atividade e número de banheiros no domicílio, baseadas em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Desta forma, a margem de erro atribuída ao estudo é 2,2% e seu intervalo de confiança é de 95%. Para a análise dos dados foram selecionadas perguntas que se relacionam da forma mais direta possível com as variáveis criadas a partir das hipóteses levantadas anteriormente.

Estudos anteriores sobre voto em Bolsonaro geralmente examinaram resultados que indicam se um determinado eleitor respondente votou ou não em Bolsonaro. Optamos por uma especificação diferente que nos permite examinar uma gama completa de opções de voto para o primeiro turno. Empregamos uma metodologia específica para analisar o voto em eleições presidenciais multipartidárias: logística multinominal. A maioria das eleições envolve apenas dois candidatos ou a escolha entre partido mandatário e seus concorrentes, e a ciência política tem ferramentas teóricas e metodológicas bem conhecidas para estudar essas eleições. Como argumentamos neste artigo, eleições envolvendo mais de dois candidatos apresentam problemas específicos para esses modelos. Esses problemas não são intratáveis, mas requerem o uso de ferramentas metodológicas apropriadas para garantir que os resultados que obtemos não sejam influenciados por suposições inadequadas.

Isso também é importante para os nossos casos, já que muitos dos partidos no primeiro turno não se enquadram facilmente nas linhas tradicionais de partidarismo e, por mais que tentassem diferenciar entre si, já tinham feito parte de uma mesma coalizão de governo em um passado recente. O ESEB pergunta aos participantes se votaram nas eleições nacionais anteriores e sobre a sua escolha de voto em ambos os turnos para a eleição que acaba de ocorrer. Isso então se torna nossa variável de resultado de escolha de voto. Para cada partido no primeiro turno, codificamos os partidos que receberam pelo menos 2% do total de votos. Caso contrário, codificamos os partidos menores restantes em uma “outra” categoria.

Tentamos evitar o erro de simplesmente pegar os modelos existentes de voto em candidatos de extrema direita em outros países e testá-los em nosso caso, sem considerar fatores contextuais exclusivos.

Autoritarismo: o autoritarismo, por definição, não funciona da mesma forma para os cidadãos dos países de democratização recente. O autoritarismo será analisado por 3 dimensões: a preferência pela ditadura como sistema de governo em certas circunstâncias; a tolerância com as minorias; e a visão positiva de líderes com tendências despóticas no governo.

Antipetismo: em vez da identificação partidária, usamos uma variável que pergunta aos respondentes se eles são próximos de um partido político e, em caso afirmativo, qual. Isso então se torna uma variável binária que indica se o respondente relata ser próximo ao partido do presidente ou não. O antipetismo aqui é uma medida simples a partir de uma variável composta por uma escala de 0 a 10, em que os eleitores atribuem uma nota sobre o quanto gostam do PT.

Robert Bonifacio, Yury Machado y Gabriel Madeira

Corrupção: a relação entre a insatisfação com a corrupção será medida através do apoio ou não à operação Lava-Jato, devido ao fato de esta possuir um grande protagonismo nas discussões sobre corrupção no Brasil, e também porque as perguntas do ESEB 2018 que tratam da perspectiva da corrupção diretamente, possuem uma homogeneidade na frequência das respostas demasiada grande, comprometendo a qualidade das possíveis inferências a serem feitas pela análise logística multivariada.

Religião: por último, o aspecto religioso é medido de duas formas: pela frequência com que as pessoas vão aos cultos religiosos e pela filiação religiosa.

Incluimos em nossos modelos também uma série de controles previamente considerados como relevante pela literatura. A insatisfação com a economia é medida pela variável de avaliação econômica sociotrópica retrospectiva, ou seja, a partir de uma pergunta que indaga se o indivíduo percebeu uma melhoria, uma estagnação ou uma piora na economia nos últimos 12 meses antes do *survey*. Para mensurar ideologia, utilizamos uma escala tradicional de onze pontos, que varia da extrema esquerda (=0) até a extrema direita (10) e classificamos como de direita os três últimos pontos da escala e como de esquerda os três primeiros pontos, deixando os restantes como referência. Finalmente, incluimos as variáveis sociodemográficas de idade, educação, gênero e raça.

Os modelos logit multinomiais estimam parâmetros separados para a maneira como um aumento em cada variável independente muda a razão de chances registradas entre cada par de categorias da variável dependente. Uma vez que os resultados dessas estimativas não são facilmente interpretados, tanto em termos de impacto substantivo quanto em número absoluto, apresentamos nossos resultados como um resumo geral das relações estimadas para nossas variáveis-chave entre os partidos concorrentes na eleição de 2018. Uma descoberta significativa pode não ser válida para todas as partes em um determinado país, e coeficientes significativos não se traduzem necessariamente em efeitos marginais significativos. Para melhor interpretação e ilustração, estimamos uma série de quantidades de interesse na forma de efeitos marginais médios. Essas probabilidades são então usadas como base para a discussão de nossas hipóteses.

Resultados

Nas eleições presidenciais de 2018 no Brasil, treze diferentes partidos lançaram candidatos ao cargo do executivo federal. Destes candidatos, apenas cinco receberam pelo menos 2% dos votos válidos. Para os propósitos

deste artigo, não executamos análises multinomiais com todos os partidos brasileiros como categorias separadas da variável dependente. Por esse motivo, construímos uma variável dependente contendo sete categorias. Quatro dessas categorias correspondem a votos para os quatro candidatos mais bem votados, duas categorias para os demais candidatos, segmentados por esquerda e direita, e outra categoria para votos em branco e nulos.

A Tabela 2 apresenta os resultados para o primeiro turno e a Tabela 3 os resultados para o segundo turno. A candidatura de Fernando Haddad (PT) serve como categoria de referência e para qual a direção dos resultados deve ser interpretada.

No primeiro e no segundo turno, os eleitores que possuem apego à ditadura tiveram mais chances de votar em Bolsonaro do que em Haddad, a candidatura de referência nos testes estatísticos. Foi o valor de chance de sentido positivo com mais alto valor e o único com significância estatística, considerando os demais candidatos. Em contraste, Ciro Gomes (PDT) é o candidato com maiores valores de chance negativa e com significância estatística de voto dentre os apoiadores da ditadura.

O auto posicionamento como direita no espectro ideológico também é variável explicativa relevante, uma vez que quem se considera assim apresenta 74% e 86,1% de chances de votar em Bolsonaro, ao invés de votar em Haddad, no 1º e no 2º turnos, respectivamente.

O antipetismo tem estreita relação com voto em Bolsonaro, corroborando a hipótese 2. Os resultados indicam que, quanto menor a nota atribuída ao PT na escala de apreço a partidos políticos, maiores são as chances de voto no candidato. Numa escala que pontua de 0 a 10, uma mudança de 0 para 10 no despreço pelo PT aumenta em 51,4% e 44,4% as chances de voto em Bolsonaro no primeiro e no segundo turno, respectivamente.

Quanto ao apoio dos entrevistados à Operação Lava-Jato e voto em Bolsonaro, observa-se uma associação positiva e estatisticamente significativa de votar em Bolsonaro, no primeiro e segundo turnos, respectivamente, reforçando, portanto, o papel que a Operação teve nestas eleições.

Os eleitores que se classificaram como evangélicos tem chances maiores de votar no candidato do PSL em ambos os turnos, com apenas uma pequena diminuição do número de chances no segundo turno em comparação com o primeiro. Em adição, observa-se que os eleitores que mais comparecem aos cultos religiosos – frequência de uma ou mais vezes por semana - possuem consideravelmente mais chances de votar em Bolsonaro, sendo que no primeiro turno as chances foram relativamente baixas e sem significância estatística, mas mostraram-se robustas no segundo turno.

Robert Bonifacio, Yury Machado y Gabriel Madeira

TABELA 2
Determinantes do voto nas eleições presidenciais de 2018 – Primeiro Turno

	Bolsonaro (PSL)	Gomes (PDT)	Alekmin (PSDB)	Outros - Direita	Outros - Esquerda	Nulo ou Branco
<i>Autoritarismo</i>						
Apoio à ditadura	0.6405* (0.2528)	-1.1614* (0.4606)	0.3654 (0.4675)	-0.1027 (0.4438)	-0.2213 (0.6489)	0.5935 (0.3428)
Apego a um líder político forte	-0.0495 (0.1797)	-0.3736 (0.2121)	-0.1196 (0.3524)	-0.8771** (0.3173)	-0.4587 (0.4104)	0.1555 (0.2600)
Anti-minorias	0.0700 (0.1814)	-0.3583 (0.2067)	-0.1939 (0.3538)	-0.4159 (0.2867)	-0.3595 (0.3976)	-0.2123 (0.2619)
<i>Antipartidarismo</i>						
Antipetismo	0.5148*** (0.0278)	0.2136*** (0.0296)	0.3289*** (0.0508)	0.4172*** (0.0466)	0.2803*** (0.0552)	0.3737*** (0.0397)
<i>Corrupção</i>						
Apoio à Lava-Jato	0.4445* (0.1940)	0.1292 (0.2122)	0.3914 (0.4037)	0.0482 (0.3207)	0.1288 (0.4279)	-0.2620 (0.2682)
<i>Religião</i>						
Assiduidade em cultos religiosos	0.1813 (0.1845)	-0.2129 (0.2184)	-0.1254 (0.3678)	0.4280 (0.2992)	0.0920 (0.4142)	-0.2367 (0.2758)
Evangélico	0.8566*** (0.2079)	-0.2901 (0.2626)	0.3136 (0.4289)	0.8205* (0.3309)	-0.4446 (0.5369)	0.0556 (0.3265)
Outras/não tem	0.0099 (0.2537)	0.1630 (0.2578)	0.2339 (0.4683)	0.3009 (0.3894)	-0.1826 (0.5180)	0.3429 (0.3302)
<i>Controles</i>						
Avaliação negativa da economia	-0.7818*** (0.1900)	-0.5633** (0.2148)	-0.8371* (0.3578)	-1.0711*** (0.2914)	-0.2900 (0.4299)	0.1955 (0.3048)
Direita	0.7408*** (0.1952)	-0.6408* (0.2533)	0.5583 (0.3802)	-0.0191 (0.3063)	-0.1530 (0.4963)	-0.6205* (0.2982)
Esquerda	-1.1105*** (0.2703)	-0.0037 (0.2391)	-0.4872 (0.5509)	-1.2942** (0.4853)	0.5540 (0.4612)	-0.8168* (0.3499)
Escolaridade	0.0568 (0.0443)	0.2152*** (0.0542)	0.0124 (0.0828)	0.2007* (0.0789)	0.1268 (0.0969)	0.0686 (0.0640)
Gênero (Homem=1)	0.5841** (0.1796)	0.0529 (0.2061)	-0.1161 (0.3588)	0.4823 (0.2902)	0.5148 (0.3969)	-0.1132 (0.2655)
<i>Faixa etária</i>						
25 à 34 anos	0.3166 (0.2750)	-0.3215 (0.2879)	0.3398 (0.6799)	0.5351 (0.4225)	0.5925 (0.7402)	-0.3187 (0.4254)
35 à 44 anos	0.0081 (0.2791)	-0.4125 (0.2992)	0.5523 (0.6510)	0.0504 (0.4628)	1.2766 (0.6909)	0.2036 (0.3945)
45 à 54 anos	0.2701 (0.2933)	-0.4131 (0.3232)	1.2057 (0.6269)	0.6034 (0.4552)	0.9410 (0.7346)	0.0712 (0.4223)
55 à 64 anos	0.0264 (0.3372)	-0.5800 (0.3999)	0.5585 (0.7180)	-0.2085 (0.5903)	0.0236 (0.9636)	0.1085 (0.4801)
65 anos ou mais	0.1602 (0.4063)	0.0139 (0.4662)	0.9419 (0.8015)	-0.0490 (0.7486)	0.8218 (0.9847)	0.0502 (0.5973)
Raça (branco=1)	0.3543 (0.1974)	0.0545 (0.2240)	0.7297* (0.3597)	0.6757* (0.2993)	0.8739* (0.4021)	0.2543 (0.2812)
Constante	-3.8500*** (0.4493)	-1.6677*** (0.4947)	-4.6000*** (0.9036)	-1.8408*** (0.7569)	-5.3158*** (1.0687)	-3.4874*** (0.6399)
Chi2 (df m)	1.203 (114)					
Pseudo R-quadrado	0.2634					
N	1.503					

A categoria de referência para as faixas etárias foram os eleitores entre 16 e 24 anos de idade. Nas variáveis “Apego a um líder político forte” e “Anti-minorias”, a categoria de referência foi aqueles discordam e discordam muito com a afirmação feita na pergunta. Para a definição do “Apoio à ditadura” foram utilizadas como categoria de referência aqueles que não responderam que em algumas situações é melhor viver em

uma ditadura. A categoria de referência usada para medir a avaliação negativa da economia foram os indivíduos que consideraram que a economia melhorou ou melhorou muito nos últimos 12 meses. Para avaliação do gênero e da raça foram usados os eleitores “mulheres” e não-brancos como categorias de referência, respectivamente.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do ESEB 2018. Erros padrões em parênteses como nível de nível significância a * $p < 0.05$, ** $p < 0.01$, *** $p < 0.001$.

Os resultados do Gráfico 1 e 2 são derivados para os efeitos marginais médios e se referem aos 1º e 2º turnos da eleição presidencial de 2018, respectivamente. Cada estimativa de parâmetro é o efeito marginal previsto de uma variável explicativa sobre o *log-odds ratio* entre uma das seis categorias e o voto em Haddad (PT) - a categoria de referência. As probabilidades previstas de voto foram derivadas das estimativas dos parâmetros em cada coluna. Tal como já observado na tabela 2, os resultados do gráfico 1 indicam que apoio à ditadura, antipetismo, apoio à Lava-Jato e ser evangélico são as variáveis com maiores capacidades explicativa de voto em Bolsonaro. O Gráfico 2 traz as mesmas tendências, adicionando somente a assiduidade a cultos religiosos como estatisticamente significativa e com associação positiva de voto em Bolsonaro.

A polarização entre PT e PSDB que marcou as disputas pela presidência no Brasil durante mais de duas décadas termina em 2018, dando lugar a novas tendências no comportamento político e no direcionamento do voto dos eleitores. Todavia, esta mudança não representa o fim da polarização em si, mas a realocação daqueles que ocupam os polos e dos parâmetros pelos quais o cidadão escolhe seu lado. O intenso esforço despendido por Bolsonaro para se apresentar como *outsider* do sistema político lhe rendeu a presidência república, erodindo a hegemonia do PT e PSDB.

Entre a candidatura de Bolsonaro, as intervenções da Lava Jato na disputa eleitoral e o impedimento da candidatura do principal candidato, houve muitas características incomuns na eleição de 2018. Nossos resultados confirmam algumas interpretações desta eleição. A primeira interpretação comum da eleição de 2018 que seguimos é a hipótese do eleitor conservador. Como já apontado, a campanha de 2018 trouxe à tona diversos sentimentos que estavam latentes (Layton et al., 2021). Os eleitores de Bolsonaro estavam mais predispostos a deslegitimar a democracia, a ter uma visão mais conservadora sobre valores cristãos e apoiar o combate a corrupção feito pela Operação Lava-Jato.

Robert Bonifacio, Yury Machado y Gabriel Madeira

TABELA 3
Determinantes do voto nas eleições presidenciais de 2018 – Segundo Turno

	Bolsonaro (PSL)- 2 turno
<i>Autoritarismo</i>	
Apoio à ditadura	1.0505*** (0.2489)
Apego a um líder político forte	0.3124 (0.1684)
Anti-minorias	0.1757 (0.1694)
<i>Antipartidarismo</i>	
Antipetismo	0.4445*** (0.0243)
<i>Corrupção</i>	
Apoio à Lava-Jato	0.5516** (0.1795)
<i>Religião</i>	
Assiduidade em cultos religiosos	0.4261* (0.1731)
Evangélico	0.6231** (0.1921)
Outras/não tem	-0.2020 (0.2400)
<i>Controles</i>	
Avaliação negativa da economia	-0.5323** (0.1750)
Direita	0.8615*** (0.1821)
Esquerda	-1.2181*** (0.2460)
Escolaridade	0.0448 (0.0419)
Gênero (Homem=1)	0.3531* (0.1684)
<i>Faixa Etária</i>	
25 à 34 anos	0.5535* (0.2553)
35 à 44 anos	0.4040 (0.2645)
45 à 54 anos	0.7323** (0.2773)
55 à 64 anos	0.6686* (0.3144)
65 anos ou mais	0.3616 (0.3673)
Raça (branco=1)	0.2809 (0.1831)
Constante	-4.1040*** (0.4285)
chi2 (df_m)	876.62 (19)
Pseudo R-quadrado	0.4717

A categoria de referência para as faixas etárias foram os eleitores entre 16 e 24 anos de idade. Nas variáveis “Apego a um líder político forte” e “Anti-minorias”, a categoria

de referência foram aqueles discordam e discordam muito com a afirmação feita na pergunta. Para a definição do “Apoio à ditadura” foram utilizadas como categoria de referência aqueles que não responderam que em algumas situações é melhor viver em uma ditadura. A categoria de referência usada para medir a avaliação negativa da economia foram os indivíduos que consideraram que a economia melhorou ou melhorou muito nos últimos 12 meses. Para avaliação do gênero e da raça foram usados os eleitores “mulheres” e não-brancos como categorias de referência, respectivamente. Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do ESEB 2018. Erros padrões em parênteses como nível de nível significância a * $p < 0.05$, ** $p < 0.01$, *** $p < 0.001$.

GRÁFICO 1

Determinantes do voto nas eleições presidenciais de 2018 – Primeiro Turno

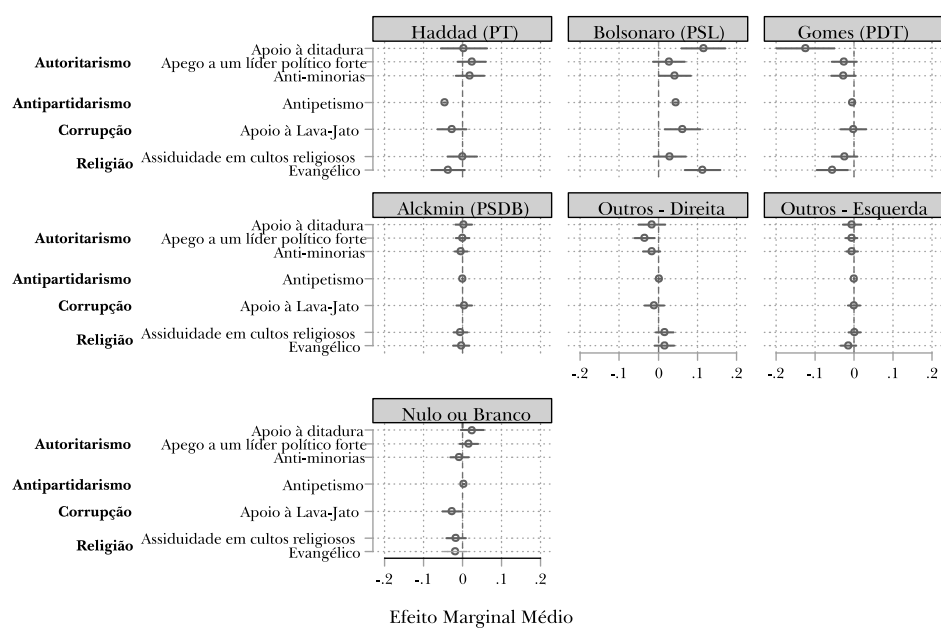
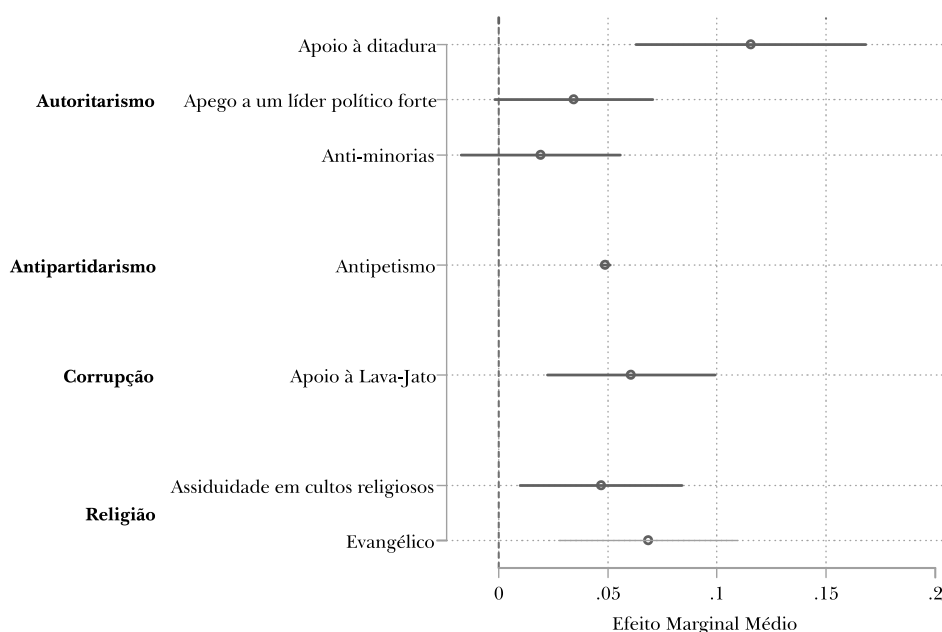


GRÁFICO 2
Determinantes do voto nas eleições presidenciais de 2018 – Primeiro Turno



Considerações finais

A segunda interpretação que consideramos é que o resultado ocorreu porque os Bolsonaro conseguiu ser o polo de contraste em relação ao PT e conseguiu montar uma estratégia que atraísse votos do eleitor antipetista. Ademais, os resultados são úteis para identificar a perceptível polarização ideológica que predominou na campanha eleitoral, na medida em que os eleitores que se consideram de direita e de esquerda apresentaram elevadas chances positivas e negativas de voto em Bolsonaro, respectivamente.

Relações de natureza social e econômicas também são destaque. Por um lado, o direcionamento do discurso religioso e protestante de Bolsonaro lhe rendeu resultados, uma vez que os entrevistados mais assíduos aos cultos religiosos e os de afiliação evangélica mostraram-se uma base eleitoral de apoio. Por outro lado, Bolsonaro não conseguiu atrair o voto de boa parte dos insatisfeitos com a situação econômica do país. Talvez sua inabilidade e dubiedade em tratar de questões econômicas tenha contribuído para que os eleitores insatisfeitos com a situação econômica fossem menos propensos a confiar-lhe o voto.

Podemos tirar três conclusões sistemáticas sobre a vitória de Bolsonaro. Primeiro, a questão que funcionou para ele foi a legitimação perante a população que teve o combate a corrupção organizado pela operação Lava Jato. A maneira como a operação desestruturou o sistema partidário abriu uma brecha para uma candidatura não tradicional que não foi freada pelas principais lideranças partidárias. Em segundo lugar, ao polarizar sua campanha com o antipetismo pré-existente, ele conquistou mais eleitores antipetistas de outras candidaturas. Terceiro, os eleitores que ele escolheu eram de um grupo relativamente coeso: os evangélicos. E o slogan de campanha, “Deus acima de todos”, teve, ao que tudo indica, apelo entre eleitores com maior frequência aos cultos. Além disso, o apelo de Bolsonaro parecia ter pouco componente sistemático sobre as preocupações com a economia. Ele não conquistou os votos das pessoas mais insatisfeitas com o desempenho econômico.

Referências bibliográficas

- Agência Senado (2015). “Fosfoetanolamina sintética”. *Senado*. 20 de maio de 2015. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/fosfoetanolamina-sintetica>.
- Bohn, S. R. (2014). “Religião e Voto nas Eleições Presidenciais (2002-2010)”. Em Roberto Bonifácio, *O Voto para presidente no Brasil* (pp. 157-184). Curitiba: Íthala.
- Bolsonaro, J. O salário está baixo. *Veja*, 3, 154.
- Borges, A. e Vidigal, R. (2018). Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras. *Opinião Pública*, 24(1), 53-89.
- Braga, M. do S. S., & Casalecchi, G. A. (2016). Vencedores e perdedores nas eleições presidenciais de 2014: O efeito da derrota nas urnas sobre a satisfação e o apoio em relação à democracia no Brasil. *Opinião Pública*, 22(3), 550-568.
- Carreirão, Y. de S. (2002). *A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras*. Santa Catarina: Editora da UFSC.
- Castro, M. e Nunes, F. (2014). Candidatos corruptos são punidos? Accountability na eleição brasileira de 2006. *Opinião Pública*, 20(1), 26-48.
- Datafolha. (2018). “Bolsonaro chega à véspera da eleição com 55% dos votos válidos”. *Datafolha*. 28 de outubro de 2018. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2018/10/1983786-bolsonaro-chega-a-vespera-da-eleicao-com-55-dos-votos-validos.shtml>.
- de Andrade, H. (2018, outubro 7). “Malafaia ataca mídia, fala de eleição e culto distribui cola com Bolsonaro”. *UOL* 7 de outubro de 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/07/pro-bolsonaro-malafaia-ataca-midia-e-fala-de-eleicao-em-culto-para-homens.htm>

- Fackler, T., & Lin, T. (1995). Political Corruption and Presidential Elections, 1929-1992. *The Journal of Politics*, 57(4), 971-993.
- Folha de São Paulo. (2019). Veja 10 frases polêmicas de Bolsonaro sobre o golpe de 1964 e a ditadura militar. *Folha de São Paulo*. 28 março de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/veja-10-frases-polemicas-de-bolsonaro-sobre-o-golpe-de-1964-e-a-ditadura-militar.shtml>.
- Fuks, M., Casalecchi, G. A., e Ribeiro, E. A. (2019). Determinantes contextuais da coesão do sistema de crenças democrático: Evidências a partir da América Latina. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 28, 7-32.
- Gaspar, M. (2018). “O fiador”. *Revista Piauí – Folha de São Paulo*. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-fiador/>.
- Lagos, M. (2000). A máscara sorridente da América Latina. *Opinião Pública*, 6(1), 1-16.
- Layton, M. L., Smith, A. E., Moseley, M. W., & Cohen, M. J. (2021). Demographic polarization and the rise of the far right: Brazil’s 2018 presidential election. *Research & Politics*, 8(1).
- Limongi, F., e Cortez, R. (2010). As eleições de 2010 e o quadro partidário. *Novos estudos CEBRAP*, 88, 21-37.
- Meneguello, R. (2011). “O lugar da corrupção no mapa de referências dos brasileiros. Aspectos da relação entre corrupção e democracia”. En Leonardo Avritzer y Fernando Figueiras (org.), *Corrupção e sistema político no Brasil* (pp. 63-82). Rio do Janeiro: Civilização Brasileira.
- Nicolau, J. (2020). *O Brasil dobrou à direita: Uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018*. São Paulo: Zahar.
- Paiva, D., Krause, S. e Lameirão, A. P. (2016). O eleitor antipetista: Partidarismo e avaliação retrospectiva. *Opinião Pública*, 22(3), 638-674.
- Pierucci, A. F. e Prandi, R. (1995). Religiões e voto: A eleição presidencial de 1994. *Opinião Pública*, 3(1), 32-63.
- Rennó, L. R. (2007). Escândalos e voto: As eleições presidenciais brasileiras de 2006. *Opinião Pública*, 13(2), 260-282.
- Rennó, L. R. (2020). The Bolsonaro Voter: Issue Positions and Vote Choice in the 2018 Brazilian Presidential Elections. *Latin American Politics and Society*, 62(4), 1-23.
- Rezende, C. (2018). “Bancada evangélica da Câmara oficializa apoio a Bolsonaro”. *Estadão*. 4 de outubro de 2018. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,bancada-evangelica-oficializa-apoio-a-bolsonaro,70002532347>.
- Ribeiro, E., Carreirão, Y., & Borba, J. (2016). Sentimentos partidários e antipetismo: Condicionantes e covariantes. *Opinião Pública*, 22(3), 603-637.
- Samuels, D. (2004). As bases do petismo. *Opinião Pública*, 10(2), 221-241.
- Samuels, D. e Zucco, C. (2018). Partisans, Anti-Partisans, and Voter Behavior 1. In B. Ames (Org.), *Routledge Handbook of Brazilian Politics* (p. 269-290). Londres: Routledge.

- Santiago, T. (2012). “Justiça mantém decisão que reconhece coronel Ustra como torturador”. *Veja*. 14 de agosto de 2012. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/justica-mantem-decisao-que-reconhece-coronel-ustra-como-torturador/>.
- Schwarcz, L. (2019). “Ninguém é imune para sempre”. *Nexo Jornal*. Schwarcz, L. 4 de outubro de 2019. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/colunistas/2019/Ningu%C3%A9m-%C3%A9-imune-para-sempre>.
- Sousa, A. H. F., Vettorassi, A., & Júnior, P. M. de A. (2021). A Doxa Conservadora no Brasil: Mídia evangélica e eleições presidenciais em 2018. *Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura*, 15(28), 115-139.
- Telles, H. (2015). Corrupção, antipetismo e nova direita: Elementos da crise político-institucional. *GV-executivo*, 14(2), 36-39.
- Telles, H. (2016). A Direita Vai às Ruas: O antipetismo, a corrupção e democracia nos protestos antigoverno. *Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais*, 19, 97-125.
- Tribunal Superior Eleitoral. (2018). *Propostas de governo dos candidatos ao cargo de Presidente da República*. Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/estados/2018/2022802018/BR/candidatos>.
- Veiga, L. F., Ribeiro, E., Nicolás, M. A., & Callai Bragatto, R. (2017). El efecto de la experiencia democrática en la estructura de la legitimidad en América Latina y el Caribe. *Opinião Pública*, 23(2), 289-315.
- Veja (1987). Pôr bombas nos quartéis, um plano na Esao. *Veja*.
- Vilanova, F., Sousa, D. A., Koler, S. H. e Costa, A. B. (2018). Adaptação transcultural e estrutura fatorial da versão brasileira da escala Right-Wing Authoritarianism. *Temas em Psicologia*, 26(3), 1299-1316.
- Walter, A. e Ribeiro, E. (2020). Religião, mercado religioso e protesto político na América Latina. *I Seminário Discente de Ciência Política da UFPR*, 1-23.